

COORDENAÇÃO
DO APERFEIÇOAMENTO
DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES)

Revista de Educação



capes

**COORDENAÇÃO
DO APERFEIÇOAMENTO
DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES)**

presidência — Tarso de Moraes Dutra, Ministro da Educação.

conselho deliberativo — Antônio Moreira Couceiro (presidente do C.N.Pq.), Amadeu Cury, Donatello Grieco, Eduardo Faraço, Edrizio Barbosa Pinto, Francisco Vítor Rodrigues, Hélios Bernardi, José Arthur Rios, José Walter Bautista Vidal, Kurt Politzer, Maria Aparecida Pourchet Campos, Neila Leal Costa, Oscar Machado da Silva, Orlando Magalhães Carvalho.

Suplentes — Abelardo de Brito, Erb Velleda, Francisco Degni, José de Paula Lopes Pontes, Otto Guilherme Bier.

diretoria - executiva — Mário Werneck de Alencar Lima.

*A Juventude
no Mundo
de Hoje*

Carlos Flexa Ribeiro

Acompanhei os acontecimentos de maio e junho dêste ano, em França, de muito perto e convivendo em Paris num ambiente internacional de pessoas reconhecida-mente advertidas em matéria de Educação.

Está claro que os acontecimentos ocorridos no Brasil me inquietam de modo direto. Julgo, porém, que uma apreciação objetiva dos problemas da juventude em escala mundial constitui, como perspectiva do assunto, contribuição valiosa à compreensão do problema em nosso País.

O movimento de revolta dos estudantes é apenas uma das formas de contestação (esta palavra entrou na moda) que a juventude oferece à sociedade dos adultos. O fenômeno tem diferentes modos de expressão, sua exteriorização e os seus temas podem variar muito, de um país altamente industrializado a um país em via de desenvolvimento; pode variar se ocorrer na África, na Ásia, na América Latina ou na Europa; como pode também variar em função da estrutura política, social ou econômica de cada país.

De um ano para cá houve revoltas estudantis em quase 60 países do mundo. Vale a pena mencioná-los. Na

Europa: Alemanha Federat, Austria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, França, Grã-Bretanha, Grécia, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Países Baixos, Polónia, Suécia, Suíça, Tcheco-Eslováquia, Turquia, União Soviética, Iugoslávia; na África: Argélia, República Centro Africana, República Democrática do Congo, Daomé, Etiópia, Marrocos, Mauritània, República Árabe Unida, Senegal, Tunísia; na América: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Canadá, Colômbia, Cuba, Equador, Guiana, Haiti, México, Nicarágua, Peru, República Dominicana, Uruguai, Venezuela, e Estados Unidos; na Ásia e no Médio Oriente: Afeganistão, Austrália, Coreia do Sul, Índia, Indonésia, Israel, Japão, Filipinas, Líbano, Síria, Tailândia e Vietname do Sul.

Essa enumeração, embora fatigante, mostra que as revoltas dos estudantes, além de extensas, se produziram em países que alcançaram certo nível de industrialização e de urbanização. Não resta dúvida de que em certas sociedades industrializadas os movimentos de jovens assumiram aspectos particularmente espetaculares.

À lado das formas de agressividade declarada, deve-se considerar também outras manifestações de inconformismo já conhecidas, que vão desde os cabelos compridos e da adoção de modas exóticas para se vestir, às reivindicações de liberdade sexual e ao uso de drogas, até aquelas de caráter coletivo que ganharam designação própria, como os hippies, os blousons noirs, os teddy-boys, os vitelloni, os beatniks, sem falar nos grupos nórdicos, alemães, japoneses, todos designados por neologismos para distinguir formas de comportamento de evasão e isolamento.

Sob o duplo aspecto quantitativo e qualitativo, a juventude universitária constitui hoje no mundo uma força de influência indiscutível. O número de jovens provindos de camadas populares, que ingressam na Universidade, transformou o conteúdo humano tradicional, mesmo em países industrializados. Considerado no seu conjunto, a vasta massa humana que constitui a juventude (estudentil ou não), se reveste pouco a pouco das características de uma fração social bastante determinada, ainda que multiforme, e dotada de um dinamismo próprio,

cuj ação no processo de transformação das sociedades seria inútil tentar ignorar. A política terá que ser a da integração e a do mútuo entendimento. A linguagem de compreensão recíproca deve ser procurada com urgência.

A composição do rápido crescimento da população do mundo é elucidativa. Segundo extrapolações feitas, admite-se que o número de jovens com idade entre 15 e 24 anos passará, no espaço de 40 anos (de 1960 ao ano 2.000), do total de 520 milhões a 1 bilhão e 130 mil jovens. Atualmente, mais de 3/4 desses jovens estão em países em via de desenvolvimento. Embora essa explosão demográfica tenha sido prevista de longa data, a verdade está em que raramente foram tomadas medidas para preparar a acolhida das novas gerações. Esse despreparo geral da sociedade para receber uma nova juventude agigantada ajuda a explicar as contradições, as tensões e os choques que se produzem sob os nossos olhos. A presença maciça dos jovens na sociedade de hoje faz-se acompanhar de uma aceleração da sua vontade de intervir de modo cada vez mais ativo.

Reconhece-se de um modo geral que a incorporação da juventude no mundo contemporâneo, além das dificuldades inéditas de ordem quantitativa já mencionadas, oferece outras dificuldades conhecidas. Em primeiro lugar, as transformações que procedem da organização da vida familiar. Torna-se cada vez mais precoce a separação de crianças e jovens em relação às famílias. A necessidade de independência dos jovens em relação a seus pais é um fato que se tornou geral em todas as sociedades. A rapidez do processo de desenvolvimento técnico e econômico, acelerando o sentimento de obsolescência dos quadros tradicionais, generalizou o processo de emancipação dos jovens naturalmente predispostos a receber as inovações. Contraditoriamente, porém, prolongou-se a duração do tempo da vida escolar. Enquanto no passado as pessoas se diplomavam com cerca de 21 anos, isso atualmente só acontece por volta dos 25 anos. É possível que haja aí um progresso, mas a verdade é que uma grande parte dos jovens das gerações atuais passou a ingressar na vida ativa mais tardiamente que a geração precedente. Essa espera prolongada tende a isolar os jovens no seio da sociedade, e os mantém numa situação em que,

pelo fato de estarem isentos dos deveres essenciais da vida dos adultos, eles estão sujeitos a enfrentar a recusa de uma parte de direitos e de responsabilidades que na verdade se sentem capazes de exercer.

Atualmente não basta mais, como outrora, reconhecer que os conflitos de gerações são de certo modo permanentes, e que no seu conjunto sempre tiveram uma influência positiva na evolução da sociedade. Toda essa velha temática geradora de fricções ganha no mundo atual caráter muito particular. Em síntese, diria que estamos chamados a integrar os jovens na sociedade não mais como no passado, considerando-os "crianças em crescimento" ou que "estão acabando de crescer"; mas, pelo contrário, teremos que passar a considerá-los como "jovens adultos" ou adultos que ainda são jovens. Somente através de uma nova atitude mental haverá diálogo acerca da vontade que os jovens manifestam de obter na sociedade a situação e a consideração a que consideram ter direito. Essa aspiração se observa nas Universidades, mas, também fora delas em todas as instituições concebidas para os jovens, porém, de modo geral dirigidas exclusivamente pelos adultos. Parece inegável que um dos pontos mais genéricos de conflito resulta da tendência que tem o mundo adulto de considerar a juventude como um grupo social que deve ficar a espera, às portas da sociedade.

Parece indiscutível que o velho sistema de relações entre jovens e adultos entrou em debate profundo. Entre suas múltiplas causas vale referir uma de ordem geral, no século XX: a ação profunda que têm sobre os jovens os efeitos do desenvolvimento científico e técnico, a urbanização crescente da sociedade, a modernização das condições de vida e a revolução nos instrumentos de comunicação de massa (rádio, televisão, cinema, imprensa diária, revistas de divulgação científica e artística etc.).

Uma outra forma de conflito de ordem intelectual e moral parece separar cada dia mais os jovens dos adultos. Por força dos meios modernos de comunicação, que permitem o rápido conhecimento mútuo de diferentes culturas, sem consideração de fronteiras, parece estar se constituindo, em escala mundial, um novo tipo de cultu-

ra planetária; uma cultura internacional, especificamente jovem, e de certo modo diferente da cultura adulta nos nossos dias ainda enquadrada dentro de esquemas tradicionais.

O problema eterno do conflito das gerações tem que ser considerado nas dimensões novas e diferentes que assumiu no mundo atual. O próprio conteúdo da educação terá que ser concebido de modo diverso. Uma grande parte do arsenal de práticas que se pretendem educativas, na vida familiar e na escola, terão que ser modificadas para dar lugar a novos tipos de relações entre jovens e adultos (certas formas de disciplina e de punição, a competição, o apêlo ao amor próprio e a outros meios que visam a conformar a criança com a sociedade adulta). Haverá uma distinção crescente entre formas de servir à juventude e outras de se servir dela. Uma larga parte da juventude se revolta porque se sente manipulada e por isso reage contra a autoridade de professores, de instituições sociais e culturais e de organizações políticas. Está claro que essa reação, em muitos casos, é injustificada, em outros casos ela se justifica diante de situações locais, de inoperosidade administrativa ou política cu em face da inércia e da esclerose que corrói certos sistemas de ensino. O jovem não aceita a autoridade dos responsáveis por um sistema de ensino quando eles se revelam sem competência para resolver problemas gerais de interesse social no campo da educação.

Ao lado das reivindicações de caráter geral ou sócio-político, em numerosos países os estudantes manifestaram o desejo de reformar o ensino universitário e de reestruturar a educação superior: querem participar da formação que recebem, eliminar as barreiras artificiais entre a função docente e o estudante, desejam tomar parte ativa no processo pedagógico em que todos devem simultaneamente educar e se educar. Querem que o ensino universitário considere melhor as preocupações reais da juventude em todos os terrenos (cultural, social, político e profissional). Partindo da crítica à Universidade, chegaram, em muitos casos, à noção de Universidade crítica. Reclamando transformações no estilo de vida universitária, chegam a idéias novas sobre um novo estilo de vida em geral. Por outro lado, muitos estudantes

se desinteressaram totalmente do destino da Universidade e da evolução da sociedade. Essa demonstração de apatia, entretanto, embora pareça de indiferença à sociedade adulta, não deixa de constituir, por sua vez, uma forma de recusa e de inadaptação. Diante do mundo de adultos que os jovens acusam de resignação e complacência com relação às injustiças e às guerras, o que grande número de jovens declara esperar, são relações humanas mais francas e mais livres do que aquelas que lhes são oferecidas.

Diante dos problemas de tipo novo ou pelo menos acentuadamente característicos do século XX, o mundo dos adultos tem adotado atitudes variadas. Alguns consideram que as manifestações atuais da juventude não constituem novidade e o fenômeno de inadaptação dos jovens seria sempre o mesmo ao longo da história, com variações episódicas. Outros, no pólo oposto, consideram que se trata de articulado movimento político com comando central de intenções sinistras. Outros, ainda, recriam a juventude atual, os seus impulsos de violência, e quando os jovens manifestam recusa ao paternalismo, os consideram irresponsáveis e fúteis, que se entregam a fantasias de filhos de pais ricos, que no fundo repudiam a sua própria sociedade de abundância. Há quem identifique uma das raízes do fenômeno das dificuldades de competição pelo emprego e pela posição na sociedade. Outra atitude consiste em considerar o movimento da juventude como um fenômeno isolado, que teria suas leis próprias de tipo novo, fora do contexto geral da sociedade precedente, um novo tipo de vida espiritual seria o desaguadouro das inquietudes da juventude, desiludida da sociedade de consumo que só pode lhe oferecer bens materiais.

De todas estas e outras interpretações parece implícito que a juventude atual se manifesta particularmente sensível e crítica diante dos males e desacertos da sociedade em geral. Seria a noção hipotética de uma juventude lúcida dentro de um mundo envelhecido e cego: o mundo atual estaria vivendo formas de agonia e, simultaneamente, dando sinais de um novo nascimento só vislumbrado pela juventude. Um novo estilo de viver estaria surgindo.

Forum de Opiniões

Só a Universidade Valoriza o Homem

O Reitor João Lira Filho, da Universidade do Estado da Guanabara, pronunciou conferência na Comissão de Economia da Assembléia Legislativa da Guanabara, onde discorreu longamente sobre o papel da Universidade, em face da Ciência e da Tecnologia, afirmando, a certa altura, que será através da Universidade que se tornará possível a valorização do trabalho, com a conseqüente humanização do capital.

Torna-se óbvio — disse — que a mudança intensificada pelos avanços tecnológicos agrava a solução dos problemas de adaptação da sociedade. O agravamento recrudescer com desordem tanto maior quanto mais favorecido o povo pela imaturidade econômica. Ignoramos até onde o desenvolvimento possa constituir novo sinônimo de paz. O próprio Papa há de pressentir que o desenvolvimento chega ao extremo de trair a ordem tradicional da Igreja e de gerar a diversificação de pensamentos entre os seus representantes mais credenciados.

— A Ciência Política ilustra a evolução do conceito que envolve a paz e ela foi sempre reconhecida, desde o tempo do Imperador Augusto e até Santo Agostinho ou Santo Tomás de Aquino, como um resultado da ordem. Hoje, segundo se depreende da doutrina marxista, — enfatizou — paz quer dizer a vitória final da Revolução. Não nos esqueçamos de que, longe do púlpito, a exegese das encíclicas vem sendo difundida com maior constância pelos adeptos da doutrina de Marx. A paz vem sendo aceita, paradoxalmente, como sinônimo de guerra.

O desenvolvimento, segundo o Reitor João Lira Filho, não está desejando abrir ressonâncias à conclamação da paz. A proeminência industrial que o persegue é jungida aos interesses do capitalismo e a concentração dêste não nos conduzirá à paz por tantos almejada. Será através da Universidade, desde que reestruturada em suas bases, que se tornará possível a humanização do capital e a valorização do trabalho. A Pesquisa e a Tecnologia, produtos naturais do consórcio indissolúvel do ensino com a Ciência, devem ter vida para atenuar o explosivo descompasso entre ricos e pobres, sejam indivíduos ou povos. Ainda não sabemos por onde melhor possa ir êste nosso País de contrastes. Invocamos, nesta última expressão, o livro com que nos brindou Roger Bastide.

— A juventude está tomando pé: já não vive de encontros românticos marcados com a Lua. O satélite também não demorará a adquirir foros de planêta. A Universidade precisa reestruturar-se para servir à juventude e atender aos seus anseios. Cada geração merece uma reforma dos métodos educacionais com o fim de abrir-se tempo ao conhecimento do nôvo; a preservação do equilíbrio logra-se por meio de transferências. Não queiramos que, por omissão nossa, a juventude se conduza à generalização do “slogan” asiático “*é proibido proibir*”, semelhante ao “contestation” gálico. Não queiramos que êste País se extreme na raia do anarquismo. O calor da curiosidade universitária, ponto de atração das descobertas, galvanizará na Ciência e na Tecnologia a solução capaz de varrer o estado presente de individualização dos lucros e socialização das perdas.

Depois de referir-se ao que chamou de malôgro do sistema educacional inglês, consignado num trabalho da

Universidade de Colúmbia, o Reitor da UEG apelou ao cultivo do estado de espírito hoje atuante na consciência dos homens preocupados com a sorte dos povos imaturos. Disse que essa preocupação contagiou o Grupo de Trabalho que acaba de sugerir ao Governo Federal um nôvo rumo para a Universidade. O Reitor João Lira Filho, que participou dêste Grupo de Trabalho, declarou que algo de afirmativo dêle aflorará. Incumbido, ali, do preparo do texto relativo às coordenadas do assunto invocado, revelou que uma das preliminares prevalescentes definiu-se no sentido de que os recursos públicos distribuídos às Universidades deverão ser aplicados em consonância com os planos adotados e executados em benefício do progresso sócio-econômico.

Disse que as Universidades constituem emprêsas, em certo sentido “*sui gêneris*”, embora sem o predomínio de resultados físicos ou materiais destinados à sua serventia direta. Daí, abranger o sistema educacional, de caráter global, todos os níveis e modalidades do ensino. A nova institucionalização da Universidade brasileira desdobrar-se-á conforme o pressuposto indicado, sem prejuízo da correlação a ser mantida entre os seus fundamentos e os interesses econômicos e sociais do desenvolvimento nacional. O desenvolvimento está a exigir a diversificação da formação profissional em sentido horizontal e vertical.

Ponderou que a plasticidade da institucionalização universitária diversificar-se-á para atender em cada área regional do País, às peculiaridades definidas, conforme os planos a serem executados no interesse nacional. Mas a essencialidade orgânica e funcional das Universidades perderia muito de si sem a participação ativa e permanente do corpo discente, do corpo docente e da comunidade; inclusive, e principalmente, a parte concentrada na vida empresarial.

Situamos o corpo discente em primeiro plano — aduziu — por merecer o aluno melhor tratamento de qualquer Universidade e por ser de consenso que em função dos conhecimentos acumulados pela classe estudantil crescerão as esperanças de quantos aspiramos para o Brasil, futuro ainda mais altaneiro. A Universidade terá de ir à sociedade no consórcio entre alunos e mestres. Mas deverá ir com o desejo de também carrear o povo às intimidades de

sua vida. Parece-nos oportuno estimular essa convivência e, com êste objetivo, acreditamos que a administração universitária não é de ser exercida em estado hermético. Ao contrário, a Universidade precisa chamar aos seus órgãos de cúpula não só a presença mais robusta de representantes dos alunos, como a participação da comunidade. À própria direção da Universidade, assim como a de qualquer das suas unidades, deverão ser convocados valores humanos que, embora alheios à carreira do magistério, possuam alto tirocínio na vida pública ou empresarial. Porém, a carência do potencial científico e tecnológico dos países em desenvolvimento entrava a captação de recursos.

Declarou que é muito sombrio para nós brasileiros o confronto da nossa situação com a daqueles países representados por seus ministros para os assuntos da Ciência e Tecnologia na Organização de Cooperações e de Desenvolvimento Econômico. E que apesar disso, todos se puseram em estado de perplexidade, sendo algumas das causas a rigidez dos mecanismos de financiamento; a dispersão dos esforços; a dificuldade de integrar nas estruturas universitárias tradicionais a pesquisa interdisciplinar ou aquela que se põe na fronteira de várias disciplinas; a ausência de uma política de pesquisa bem definida; os entraves à mobilidade dos pesquisadores, tanto no interior dos países quanto entre êstes; a insuficiência de dados estatísticos válidos para o planejamento.

O Reitor Lira Filho discorreu sôbre os encargos das nações em desenvolvimento, onerando os cofres públicos, numa proporção que às vezes se eleva a 80% ou 90% do total investido. Mas devemos romper o círculo vicioso: ou empatamos dinheiro abundante, para a crescente prosperidade das colheitas em décadas morosas, ou a morosidade das décadas se converterá no soçôbro dos séculos.

Declarou que o amadurecimento do espírito conduz os homens à segurança de que o primeiro fator de sucesso dos povos consiste na educação e que à moderna economia industrializada são necessários os sábios, os engenheiros, os químicos, os físicos, os geólogos, os administradores de formação superior e tantos outros profissionais de graduação distinta. Salientou que a pesquisa fundamental é o

suporte do ensino superior e a linha básica do processo de inovação industrial. E mais: a comunidade mundial da Ciência Pura tende a estender-se à Tecnologia. Mas, nos países ainda imaturos, muitos obstáculos entravam a promoção da pesquisa fundamental que os conduz à Tecnologia.

Concluiu afirmando que a Universidade precisa adquirir a mobilidade necessária à efervescência patriótica do ânimo jovem e da inspiração criadora em cada etapa de mudança democrática da estrutura social. Se ela permanecer estanque, estará impedindo o progresso do Brasil em rumo contemporâneo. Disse ser manifesta a urgência da reestruturação da Universidade brasileira, sobretudo para efeito de não a mantermos condicionada a definições anacrônicas. Os quadros nela atuantes enregelam a alma dos jovens e lhes entorpecem o espírito. Os jovens generalizam reclamos pelo receio de serem levados à colheita de frutos pecos. O inconformismo não lhes deve ser censurado.

Sem Técnica Não Há Desenvolvimento

Em conferência que pronunciou no encerramento do III Curso de Planejamento, Análise de Projetos e Reforma Administrativa, no Centro de Treinamento e Pesquisa para o Desenvolvimento Econômico (CENDEC), o Ministro Hélio Beltrão, do Planejamento, disse que o desenvolvimento não é exclusivamente técnico, mas depende, em grande parte, do equacionamento do problema político. Afirmou que o Programa Estratégico do Desenvolvimento, que será materializado no Plano Trienal, representa, além das normas técnicas que propõe, a solução para êsse problema. E afirmou:

— O Governo está pedindo o apoio da opinião pública para o Programa Estratégico e para o Plano Trienal, pois o salto para o desenvolvimento exige a unificação nacional em torno da vontade de todos em ver o País progredir.

Abordando o tema específico da palestra — “A Educação e o Progresso Tecnológico” — o Ministro Hélio Beltrão enfatizou:

— Os jovens estão inconformados com a estrutura atual do sistema educacional brasileiro, mas é preciso que saibam que nós também estamos e que vimos estudando

todos os ângulos do problema, para cuja solução solicitamos a colaboração de todos os estudantes.

Disse o Ministro Hélio Beltrão que o planejamento econômico deve ser integrado no quadro político. Definiu política como a arte de manter a confiança do povo no Governo, pois “o que faz o Governo grande ou pequeno é a confiança que nêle deposita o povo”. Afirmou não importar apenas a qualidade do plano para que alcance êxito.

— Sabemos de casos, aqui e no mundo, em que magníficos planejamentos fracassaram, enquanto outros, médios, atingiram metas imprevisíveis.

Explicou que isto ocorre em face do maior ou menor apoio popular ao Governo, pois, frisou, enquanto a vontade de crescer não se instalar na mente das pessoas, não é possível pretender caminhar para o desenvolvimento. Acentuou que o Plano Trienal foi elaborado por uma equipe de técnicos durante seis meses, sendo viável e constituído de metas compatíveis com as possibilidades nacionais. Chega no momento em que o País procura retomar a taxa de desenvolvimentos, sem alterações bruscas, globais ou setoriais.

— Podemos — disse — alcançar e até superar as metas do plano na medida em que tenhamos fé e aí devemos estar prevenidos contra os profetas do desânimo, que fazem cálculo sôbre o futuro dos povos baseados em dados precários até para previsões imediatas, quanto mais para o futuro, quais sejam a renda **per capita** e o crescimento populacional.

Lembrou que os “profetas” de há 20 anos foram derrotados, por exemplo, pelo desenvolvimento da Alemanha e do Japão, e a Economia continua progredindo e alcançando vitórias.

Disse o Ministro do Planejamento que os fatores básicos para o desenvolvimento não são mais apenas quantitativos, como o aumento de capital e da mão-de-obra, mas são os hoje rotulados de tecnológicos. É a qualidade governando a quantidade, em virtude do que o homem é recolocado no centro do processo desenvolvimentista, pois êle é o responsável pela qualidade. Enfatizou o Sr. Hélio Beltrão ser êste o tratamento que o Programa Estratégico

dispensa ao progresso tecnológico, já que está convencido de que “não basta importar Tecnologia e a Tecnologia nacional tem de ser impulsionada”. Prova disso apresentam as percentagens crescentes previstas no programa para aplicação em pesquisa: 280% a mais êste ano do que no passado, 533% a mais em 1969 e 748% a mais em 1970. O impulso será dado através de fortalecimento dos centros de pesquisa, de recursos aos organismos nacionais, de financiamento a pesquisas, tudo visando à criação de um clima propício à auto-realização e afirmação do pesquisador, do técnico, do cientista nacionais.

— Não se pensa em substituir — ressaltou — totalmente a pesquisa estrangeira, mas o Brasil deve e pode financiar a sua própria pesquisa, desde que a oriente para a aplicada, que é a de que necessitamos já. Daí ser imprescindível aproximar a Universidade, órgão de onde emana fundamentalmente a pesquisa, da Indústria, onde seus resultados serão aplicados.

Frisando que o Governo quer ouvir os estudantes para colher subsídios que o ajudarão na solução de todos os seus problemas, o Ministro Hélio Beltrão afirmou que a Educação está mal equacionada nos três níveis.

— O trabalho que se tem a encetar nesta área é uma verdadeira reforma, que não se faz por simples ato do Governo. Há que mudar estruturas, e isto só é possível com a aglutinação de todos em torno dêsse espírito de reforma, justo anseio dos jovens e do Governo.

Disse que o sistema atual está divorciado das realidades econômicas e de sua função politico-filosófica-social de ascensão do homem.

— No nível primário ainda predomina o critério de seletividade, como se o primário básico pudesse distinguir crianças mais e menos inteligentes. Oscila entre 60 e 70% o índice de reprovações no primeiro ano primário. É um êrro grave; a criança tem que ter o mínimo de escolaridade, ministrado segundo sua capacidade, seja qual fôr. O critério de seletividade no primário é inócua, e o Governo almeja reformular êsse sistema, de modo que o primário aproveite o máximo de crianças.

Também o nível secundário, segundo afirmou o Ministro, está equivocadamente estruturado, pois, de acordo com as necessidades atuais do País deveria ser orientado para educar para o trabalho, não se podendo acreditar que a habilitação para o trabalho somente vem com o curso superior.

As Faculdades carecem de currículos mais flexíveis, de carreiras mais curtas e de mais técnicos e menos bacharéis.

— Tudo isto é tarefa para uma verdadeira rebelião — afirmou — mas uma rebelião construtiva. No caso brasileiro, o problema da Educação não é com o vulto dos recursos, mas de desperdício com recursos mal aplicados. Este ano, o Governo aplicará três bilhões de cruzeiros novos na Educação; nos dois próximos anos, 10 bilhões, o que nos coloca, em termos internacionais, em pé de igualdade com as nações de economia mais madura, já que tal montante representa 3,5% do produto interno bruto.

Acentua o Ministro:

— Não adianta despejar recursos sobre uma estrutura que os aplica mal.

Explicou o Sr. Hélio Beltrão que a ONU levantou dados entre 1949 e 1959, demonstrando que, na Europa Ocidental, a Tecnologia respondeu por mais de 50% do crescimento das nações. E aduziu:

— Não há razão para que este País não siga na trilha do progresso. O Brasil tem vencido dificuldades de dimensão, de instabilidade política e administrativa e de muitas ordens. Tem vencido tôdas, de uma ou de outra forma. Essas mesmas dificuldades, portanto, são a chave da certeza da vitória sobre o subdesenvolvimento, porquanto se, até agora, não foram superadas e apesar disso o País progride, pode-se imaginar quando vierem a ser extintas. Assim, por exemplo, imagine-se quando a mão-de-obra marginalizada brasileira, que constitui maioria do povo, tiver condições para ser aproveitada, o que não poderá produzir.

Concluiu:

— E esses “profetas” do desânimo ficarão surpreendidos pela grandeza deste País, que, sendo por ora um País grande, será, inexoravelmente, um grande País.

Noticiário

Pesquisa: ANPES Sugere Articulação do Ensino

Um trabalho de pesquisa promovido pela Associação Nacional de Programação Econômico Social (ANPES), de São Paulo, sugere a articulação do ensino médio com o superior. Afirma-se, no documento, que: inúteis serão tanto a expansão e o aprimoramento da escola primária como a adaptação do ensino médio aos reclamos de uma sociedade em desenvolvimento, se não houver uma racionalização equivalente no ensino superior. Aqui, especialmente em São Paulo, o problema é mais de superdimensionamento: existem áreas de capacidade ociosa ou sub-aproveitadas: onde a capacidade de atendimento é utilizada plenamente surge com muita frequência o fenômeno da formação de profissionais em especializações que não coincidem mais com a atual demanda do mercado de trabalho no desenvolvimento.

São Paulo atende 28% da população universitária brasileira — diz a pesquisa da ANPES — e é um dos poucos Estados onde se ministram cursos em todos os ramos de ensino superior. Outras unidades da Federação em condições assemelháveis, são: Paraná, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Pernambuco.

As cinco universidades paulistas — duas oficiais mantidas pelo Estado e três particulares — somam-se cento e vinte e três outros estabelecimentos de ensino superior e vai a duzentos e oitenta e oito o total dos diferentes cursos, nos quais estão matriculados cerca de cinquenta mil universitários residentes no Estado.

Além das três universidades a seu cargo, a iniciativa particular é responsável ainda pela existência de setenta e quatro dos outros estabelecimentos de ensino superior (36 são estaduais, 11 municipais e 2 federais), o que representa, aproximadamente, 30 mil matrículas nas diversas séries, cursos, especializações e pós-graduação.

Esta participação considerável dos estabelecimentos particulares, na rede paulista de ensino superior, não significa, porém, uma divisão com o Estado nas responsabilidades de formar a mão-de-obra necessária ao desenvolvimento econômico. A esse respeito a conclusão dos pesquisadores da ANPES é a de que "a rede particular, tem ficado, exclusivamente, no campo das ciências sociais e línguas, onde existe manifestamente, um superdimensionamento". Desta forma cabe, ainda, quase que exclusivamente, ao Estado suprir o mercado com os profissionais mais necessários.

A composição da rede paulista de escolas de ensino superior era:

	Cursos	Matrículas
<i>Agricultura</i>		
Agronomia	2	915
Medicina Veterinária	2	210
<i>Belas Artes</i>		
Arquitetura e Urbanismo ..	2	589
Artes	12	162
Filosofia, Ciências e Letras	2	59
<i>Ciências Exatas e Naturais</i>		
Filosofia, Ciências e Letras	21	1943
Geologia	1	137
<i>Ciências Médicas</i>		
Enfermagem	13	336
Farmácia	4	432
Fisioterapia	2	45
Medicina	7	2826
Odontologia	10	1502
<i>Ciências Sociais</i>		
Administração doméstica e educação familiar	1	21

Administração e Economia .	34	6157	
Filosofia, Ciências e Letras	23	1828	
Serviço Social	7	865	
<i>Humanidades</i>			10,5%
Biblioteconomia	3	207	
Filosofia, Ciências e Letras	42	4301	
<i>Ciências Tecnológicas</i>			16,0%
Engenharia	31	7054	
Direito	13	10182	
Educação	22	2756	
Educação Física	3	169	
Filosofia, Ciências e Letras	19	2587	

Fonte: Diagnóstico da ANPES

E, considerando-se os ramos em que se incluem os diversos cursos superiores, a proporção entre o número de cursos e o de matrículas era, no mesmo ano, a seguinte:

	Cursos	Matrículas
Agricultura	1,6	2,6
Belas Artes	6,3	1,9
Ciências Exatas e Naturais	8,6	4,8
Ciências Médicas	14,1	12,0
Ciências Sociais	26,2	21,3
Ciências Tecnológicas	12,1	16,0
Direito	5,1	23,7
Educação	8,6	6,4

Fonte: Diagnóstico da ANPES

O quadro acima mostra como o ensino universitário é, pelo menos parcialmente, inadequado às condições da sociedade paulista. Salta aos olhos a notável predominância dos estudos ligados às atividades do setor de serviços da economia, isto é, as ciências sociais, jurídicas e pedagógicas e as belas artes, que totalizam mais de metade das matrículas, ou seja 53,3%.

E os setores que representam a mais forte parcela da renda estadual, como o agropecuário e o industrial, espe-

cialmente este último, apresentam uma carência enorme de técnicos de nível universitário com gabarito profissional para desenvolver e adaptar os métodos de produção mais adequados à situação de relativa escassez de fatores produtivos no País.

É mais do que conhecido o fato de que a indústria paulista e brasileira têm conseguido desenvolver-se graças à introdução de técnicas importadas do Exterior, técnicas essas que apresentam características muitas vezes sem relação com as condições econômico-sociais aqui registradas e com as nossas principais necessidades.

Assim, por exemplo, essas técnicas tendem frequentemente a poupar mão-de-obra e a intensificar a participação de capitais, o que não atende aos requisitos do Brasil, onde o capital é escasso e a mão-de-obra, além de abundante, carente de ocupação. Daí, então, a necessidade de se formarem técnicos para atuar em todos os escalões, desde a pesquisa pura até o contato direto com o processo produtivo.

Na realidade, o Estado, apesar das pressões de várias ordens, tem procurado dar um cunho de racionalização na aplicação dos recursos destinados ao ensino superior.

O Papel do FUNTEC no Desenvolvimento

O Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, através do Fundo de Desenvolvimento Técnico-Científico (FUNTEC), vem fomentando o ensino técnico e a pesquisa tecnológica pelo estímulo das instituições vigentes — disse o Sr. Jaime Magrassi de Sá, que preside aquêle estabelecimento.

O presidente do BNDE afirmou que o FUNTEC “foi concebido para estimular, em extensão e profundidade, o progresso técnico-científico do País e porque considerou da mais alta prioridade formar e adequar o capital humano”.

O Sr. Jaime Magrassi de Sá afirmou que o FUNTEC surgiu em razão da experiência inicial — “após os primeiros anos de operação e mediante balanço técnico dos “pontos de estrangulamento” mais evidentes, verificou o BNDE que a sua ação financiadora ficaria sensivelmente reduzida em seus resultados se não promovesse medidas capazes de garantir o bom aproveitamento dos projetos que recebessem o seu apoio financeiro”.

— Dos estrangulamentos identificados, um exigia ação imediata para sua remoção — a carência de pessoal qualificado, cuja demanda se ampliava em decorrência de cada projeto novo, permanecendo praticamente inalterada a oferta. O estado incipiente da Tecnologia nacional, que obrigava a importação sistemática de “know-how” e “engineering” na mesma medida de cada investimento adicional realizado, revela-se como outro ponto frágil no suporte do nosso processo de desenvolvimento.

— As dimensões dessas deficiências — acrescentou — mais se acentuavam por não estar o sistema educacional brasileiro preparado, institucional e financeiramente, para responder à demanda de técnicos gerada pelo desenvolvimento industrial. Tampouco exercitava um regime de pesquisas tecnológicas em volume requerido e de forma adequada às exigências da evolução econômica do País.

O BNDE tentou — disse o Sr. Magrassi de Sá — numa primeira aproximação, a solução desses problemas mediante a instituição da chamada Quota de Educação e Treinamento Técnico, que consistia em adicionar, em cada projeto aprovado para fins de apoio financeiro da entidade, volume de recursos iguais a 3% do financiamento cujo produto se destinava a oferecer às empresas condições de formar e aprimorar os seus quadros técnicos.

— Mas não chegou essa sistemática a constituir instrumento de grande repercussão, sobretudo porque de caráter de emergência e por deixar a critério dos mutuários do Banco a aplicação da Quota, o que se realizava sem a coordenação necessária.

Em 1964, após o exame dos resultados obtidos — esclareceu o presidente do BNDE — “foi organizado o Fundo de Desenvolvimento Técnico Científico (FUNTEC), destinado a fomentar o ensino técnico e a pesquisa tecnológica no País, não em substituição às instituições vigentes, mas estimulando-as e completando-as, ou, ainda, inaugurando faixas de atuação até então não contempladas”.

— Esse novo instrumento, dentro do entendimento das funções da Ciência e da Tecnologia como elementos básicos do desenvolvimento econômico e social, resultou da experiência acumulada. Agora, em pouco mais de três anos de atuação, o FUNTEC já se revela instrumento importante para o fomento da atividade técnico-científica no País, atuando em áreas de alta relevância e ampliando significativamente a ação do Conselho Nacional de Pesquisas.

O presidente do BNDE disse, ainda, que “a preocupação fundamental do FUNTEC em seus primeiros anos de operação tem sido a de criar efetivas condições para a melhoria e o aperfeiçoamento do capital humano como fator essencial à atividade criadora, hoje influenciada profundamente pela Ciência e Tecnologia. Assim, vem dando amplo apoio à realização de cursos de pós-graduação, nas seguintes áreas do conhecimento científico: Física, Química, Matemática, Biologia, Engenharia, Geologia, Ciências Agrônomicas, Economia e Administração de Empresas”.

O atual Governo — afirmou o Sr. Magrassi de Sá — encontrou no FUNTEC o instrumento adequado à implementação de sua decisão, anunciada desde os primeiros

pronunciamentos do Presidente Arthur da Costa e Silva, ao assumir o cargo, e que foi, inclusive, tema da Reunião de Presidentes em Punta del Este, de dar prioridade ao desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia.

— Apesar do grande vulto dos quantitativos postos pelo BNDE à disposição do FUNTEC, a demanda de novos recursos tem sido sempre maior, mercê do resultado positivo representado pelas primeiras aplicações e das reais exigências do desenvolvimento.

Para ilustrar, o presidente do BNDE enumerou alguns dos mais significativos projetos financiados pelo FUNTEC: PUC/RJ, em 1967, no valor de NCr\$ 12.090 mil, para cursos de pós-graduação em Ciências; Universidade de São Paulo, em 1967, no valor de NCr\$ 7.033 mil, destinado à implantação do Laboratório de Física Nuclear; Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1967, no valor de NCr\$ 178,5 mil, para pesquisas no campo da separação de gases por permeação de membranas plásticas, e outro em fevereiro de 1968, no valor de NCr\$ 20.584 mil, destinado à formação de mestres e doutores em Ciências; com o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, contratado em março de 1968, no valor de NCr\$ 13.828 mil, para o custeio do programa quinzenal de pós-graduação e pesquisas físicas, no período de 1967 a 1971.

Já no domínio da pesquisa agrícola, o Banco colaborou com o Instituto Agrônomo de Campinas, em 1967, com o montante de NCr\$ 329.500 mil, para pesquisas ecológicas relativas à cultura do feijão.

Ciências Biológicas

Foi criado e oficialmente instalado, na Universidade Federal de Alagoas, o Instituto de Ciências Biológicas, que se destina ao ensino e à pesquisa, como unidade centralizadora de preparação básica para os diferentes cursos profissionais e estímulo ao trabalho criador no campo da Biologia.

Mundo Universitário

Governo: Radicais Não Querem Diálogo

O Governo considerou bastante satisfatórios os resultados do diálogo que o Ministro da Educação manteve com vestibulandos e universitários no Teatro de Arena da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Para a opinião pública, o encontro demonstrou que os grupos mais radicais, que tanto reclamavam o diálogo nas manifestações de rua, na verdade não o desejam.

O próprio Presidente da República manifestou essa opinião, no contato que manteve com o Ministro da Educação, logo após haver o Sr. Tarso Dutra deixado o Teatro de Arena da UFRJ. Ao que informam os assessôres o Presidente Costa e Silva entendeu perfeitamente o sentido do comparecimento do Ministro da Educação ao encontro com os estudantes, o qual permitiu demonstrar que aos grupos radicais não interessa mesmo qualquer entendimento visando à solução para os problemas educacionais.

O Ministro Tarso Dutra informou que continuará a comparecer aos encontros com os estudantes, bastando que estes o convoquem com certa antecedência. Não mudou de idéia quanto à participação dos alunos no Grupo de Trabalho que se encarregará de examinar a expansão das ma-

trículas já a partir de 1969 e a formulação dos editais para os exames vestibulares.

Explicando que o problema é muito mais dos estudantes que do Ministro da Educação, acrescentou o Sr. Tarso Dutra:

— O Grupo de Trabalho será indicado antes mesmo de ser transformada em lei a reforma universitária. Ele vai apresentar a programação do aumento de vagas e as linhas básicas da seleção dos alunos. Durante o diálogo que há poucos dias se realizou no Teatro de Arena da UFRJ, e admitindo que ali tivesse ocorrido um encontro com esta designação própria de diálogo, que talvez não fôsse, houve, de fato, por parte do Ministro da Educação, o assentimento a uma proposta dos estudantes, no sentido de que houvesse representação paritária de professores e de estudantes no Grupo de Trabalho que vai tratar do assunto.

— Como a própria imprensa registrou e todos aqueles que lá estiveram se recordam, os próprios estudantes, na oportunidade de se tornar, por parte do Ministro, efetiva uma promessa naquele sentido, propuseram a votação da revogação daquela proposição, para que os estudantes comparecessem ao Grupo de Trabalho, a fim de, com os professores, procurarem uma solução plausível para esse tormentoso problema de expansão de matrículas e de acesso de alunos às Universidades. Houve votação unânime dos estudantes que estavam no Teatro de Arena, recusando a participação.

A seguir, o Ministro da Educação estabeleceu a diferença entre o que dizem os estudantes, através de suas seguidas campanhas de rua, e o que fazem:

— O que estamos verificando é isto: os estudantes lançam causas muito simpáticas à opinião pública, teses sugestivas, que provocam solidariedade dos setores populares, muitas vezes mal informados a respeito dos verdadeiros objetivos que eles têm. Este, por exemplo — participação dos estudantes. É sempre tão simpático falar-se em participação cada vez maior de estudantes nos traba-

lhos de colaboração de uma lei ou de uma legislação. E essa participação será, sobretudo, de interesse do próprio estudante.

Mas na hora em que o estudante tem de dar a prova de que está disposto a colaborar com o seu esforço e com a sua opinião, para ser encontrada a melhor solução em relação aos problemas do seu peculiar interesse, como é o de aumento de vagas nas Universidades, então êle passa, nesse instante, a invocar argumentos de ordem política, de que não colabora com a "ditadura", de que não pode participar de grupos de trabalho que nada resolvem, e assim foi com o próprio grupo da reforma universitária.

Proseguiu o Sr. Tarso Dutra:

— Na rua, na imprensa, nos chamados diálogos, os estudantes têm abundantes opiniões sobre todos os problemas educacionais do País. Mas na hora de vir sentar à mesa para discutir êsses problemas com os seus professores, com os membros do Governo, os estudantes se recusam a fazê-lo. Preferem continuar protestando contra a falta de solução para a qual êles não concorrem. Foi exatamente esta realidade, eloqüente, que tivemos agora mais uma vez comprovada, aos nossos próprios olhos, neste último encontro com os estudantes, durante o qual, até certa altura, a idéia da participação dêles no Grupo de Trabalho estava plenamente vitoriosa, aceita com palmas generalizadas.

— Mas bastou que um estudante, que tem liderança política, talvez ideológica, sobre os colegas, propusesse o contrário, com argumentos também políticos, para que a assembléia estudantil, no mesmo instante, revogasse a decisão anterior e passasse a manifestar a mais viva oposição à idéia da participação estudantil no trabalho de reformulação do sistema de acesso de alunos às Universidades.

Apesar da experiência que colheu do encontro no Teatro de Arena da UFRJ, afirmou o Ministro da Educação que a sua disposição é a de manter a palavra empenhada,

esforçando-se no sentido de contar com a participação dos estudantes na solução dos problemas educacionais.

— De minha parte — acrescentou —, nunca estará encerrada uma proposta nesse sentido. Serei sempre receptivo a quaisquer sugestões e pronto a formular oferecimentos para que os estudantes estejam presentes na obra educacional que se realiza no País, através dos projetos de reforma que o Governo está encaminhando.

— Irei, com toda paciência, boa vontade e compreensão, a outros debates para os quais seja convocado regularmente pelos estudantes do Rio de Janeiro ou de qualquer área regional do País. Será êsse um dever que cumprirei, como Ministro da Educação, não importando as conseqüências. Não importando que o Ministro possa ser até maltratado, possa ser considerado de maneira irreverente, com falta de atenção por parte dos estudantes. Serei compreensivo a esta deficiência do debate com os estudantes, e, não obstante isto, estarei sempre pronto a acudir a êsse debate, porque, mesmo que as condições não sejam favoráveis para a discussão dos problemas que interessam à educação, sempre nesses encontros algo de positivo haverá de resultar para crédito do Governo e da própria classe estudantil, o que significa dizer, a favor do País.

III Campanha Financeira da PUC do Rio de Janeiro

A Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro atingiu um deficit orçamentário de cerca de NCr\$ 400 mil, segundo informou o Reitor, Pe. Laércio Dias de Moura, durante a primeira reunião de supervisores da III Campanha Financeira da PUC/RJ, realizada no Museu de Arte Moderna.

Na reunião, ficou decidido que a III Campanha Financeira da PUC/RJ terá 44 patronos, com a missão de dis-

tribuir talões de compromissos a serem substituídos por recibos e descontados na declaração de Imposto de Renda dos contribuintes.

Os recursos arrecadados serão empregados na melhoria do ensino e na expansão das obras da Universidade. A indústria e o comércio foram convocados a participar da campanha, tendo o Reitor, Pe. Laércio Dias de Moura, informado que o aumento de 25% sobre as mensalidades cobradas aos estudantes, não solucionou o problema financeiro da PUC/RJ. As 14 Universidades particulares existentes no Brasil recebem auxílio de, apenas, NCr\$ 14 milhões, o que não corresponde às necessidades de recursos para cobrir suas despesas com os alunos. Assim, as campanhas financeiras da PUC/RJ visam, sobretudo, captar recursos que lhe assegurem vida autônoma e melhoria seletiva do ensino.

Esclareceu o Reitor que a PUC/RJ é freqüentada por um corpo de alunos que se eleva a mais de 6 mil, necessitando, por êsse motivo, expandir as suas instalações, segundo o plano de obras já aprovado, e que não foi posto em prática devido à dificuldades financeiras.

No conceito da vida autônoma que compreende o de independência financeira, se incluem, segundo o Pe. Laércio Dias de Moura, algumas iniciativas, através das quais a PUC/RJ poderá prestar novos serviços à coletividade em que está inserida, como sejam a preparação de administradores de empresas e as pesquisas periódicas do mercado de trabalho. Estas, com o propósito de orientar os candidatos aos exames vestibulares.

O Pe. Laércio Dias de Moura considera que a reforma de estrutura por que passou a PUC/RJ, no início do presente ano letivo, exige o aumento da disponibilidade da Universidade, com vistas a pagar maior número de professores que trabalhem em regime de tempo integral. O tempo integral beneficia estudantes e professores, facilitando a êstes o tempo necessário à pesquisa, ao preparo das aulas e ao contato pessoal com os alunos, fora do horário rígido dos cursos; àqueles permite a consulta imediata, estimula a elaboração de trabalhos de estágio ou extracurriculares e a colaboração com os mestres.

A todos, enfim, — acrescentou — proporciona condições para que se forme, dentro da Universidade, um espírito comunitário autêntico, que há de caracterizar a instituição e torná-la mais apta a servir à sociedade e ao País. Tudo isso exige recursos que só a campanha financeira poderá garantir. Dentro da reforma da Universidade, foram extintas as escolas e faculdades, criando-se centros e departamentos de ensino, de modo a evitar a duplicação de serviços e favorecer maior integração.

Pós-Graduação em Biblioteconomia

A implantação de cursos de pós-graduação em Biblioteconomia foi defendida pelo Prof. Edson Neri da Fonseca, coordenador da Faculdade de Biblioteconomia e Informação Científica da Universidade de Brasília, na conferência que pronunciou no Seminário Sobre o Ensino de Biblioteconomia.

O Prof. Edson Neri disse que a diversificação dos ramos da cultura está exigindo, cada vez mais, treinamento de pessoal especializado para gerir as bibliotecas, “treinamento que não se pode dar nos limitados cursos de graduação”. A Biblioteconomia é, hoje, um campo tão amplo que já não se pode mais falar em especialistas em Biblioteconomia, mas sim em especialistas em cada um dos ramos dêste conhecimento.

Sobre a necessidade dos cursos de pós-graduação, lembrou palavras do diretor da Escola de Biblioteconomia de Berkley, na Califórnia, Prof. Raynard Swank, segundo o qual “é preciso distinguir entre formação para serviço — objetivo dos cursos de graduação — e formação para pesquisa — objetivo da pós graduação”.

Afirmou, ainda, que o Brasil precisa de mestres e doutores também em Biblioteconomia e até mesmo de bibliotecários de nível médio, “êsses para dar assistência às escolas do interior”.

Curso do CETREDE Tem Ajuda da OEA

Especialmente para os candidatos de países membros da Organização dos Estados Americanos será ministrado de 3 de março a 26 de junho de 1969, no CETREDE, o Curso Interamericano Sobre Execução de Projetos de Desenvolvimento, Programa Interamericano de Projeto de Desenvolvimento, Projeto 209 do Departamento de Assistência Técnica da OEA, resultante de convênio firmado entre o Governo brasileiro e aquela entidade, com a participação do Banco do Nordeste do Brasil e da Universidade Federal do Ceará.

O curso visa a qualificar executivos que tenham a seu cargo instalar ou administrar projeto de desenvolvimento já iniciado ou em vias de iniciação nos países-membros da OEA, compreendendo uma parte eminentemente prática, com trabalhos de campo e laboratório, em quatro etapas:

- 1) *Introdução* (duas semanas): o administrador ante os problemas do desenvolvimento, análise econômica — macro e microeconômica;
- 2) *Análise de Projetos* (três semanas): análise de mercado, idéias de projeto — pré-factibilidade e factibilidade, alternativas tecnológicas e engenharia do projeto, consumo e gerações de divisas, localização do projeto, formulação de alternativas integrais, definição e adoção de critérios de avaliação, avaliação econômica do projeto;
- 3) *Análise Administrativa* (seis semanas): administração de recursos humanos, administração de recursos financeiros, administração de recursos

materiais, financiamento do projeto de desenvolvimento, utilização dos recursos institucionais;

- 4) *Prática de Laboratório* (seis semanas): breve curso sobre preparação de informes, visita a diferentes projetos em funcionamento para estudo e análise dos procedimentos administrativos, formulação técnica de um projeto real no Nordeste do Brasil, estudo do funcionamento do projeto formulado teoricamente, apresentação do projeto e análise de seu funcionamento, com as recomendações sobre o curso de ação a seguir.

O Curso Interamericano Sobre Execução de Projetos de Desenvolvimento terá como sede a Universidade Federal do Ceará, com a participação de 25 diplomados em Engenharia, Economia, Estatística ou outra formação de nível superior relacionada com as disciplinas ministradas. O Programa de Cooperação Técnica da Organização dos Estados Americanos concederá bolsas de estudo de . . . US\$ 200 a todos os matriculados, oriundos dos países-membros da OEA, entre os quais cinco graduados brasileiros, que também receberão auxílio do Banco do Nordeste do Brasil, conforme discriminado: residente em Fortaleza — solteiro, NCr\$ 300,00; casado, NCr\$ 400,00; não residente em Fortaleza: solteiro, NCr\$ 400,00; casado, NCr\$ 500,00.

As inscrições serão aceitas até 20 de janeiro na Divisão de Programas Regionais de Adestramento — Departamento de Cooperação Técnica — União Pan Americana — Washington D.C. 20006, USA, mediante apresentação dos seguintes documentos: cópia do título universitário ou certificado de estudo de um centro de ensino superior, certificado médico e declaração do candidato dizendo as razões porque deseja participar do curso. Outras informações poderão ser obtidas com: Prof. José S. Chao, Diretor Interino do CETREDE, Cx. Postal 172, Fortaleza — Ceará ou Dr. Germano Jardim, Diretor do Escritório Regional da União Pan Americana — OEA, Rua Paissandu, 352 — Rio de Janeiro, GB.

Aspectos Internacionais da Educação

Interiorização do Ensino Médico

Enquanto no Brasil só se estuda Medicina nas capitais, e o médico considera um demérito ou uma humilhação formar-se e ir trabalhar no interior, países como a Venezuela, a Colômbia, o Chile, o Equador e o Peru têm as suas escolas de Medicina localizadas no "hinterland". Mesmo assim, o acadêmico ainda é deslocado para unidades rurais, onde, sob regime de internamento e de tempo integral, faz Medicina assistencial e preventiva pela manhã e à tarde. O objetivo é formar médicos para servir ao meio rural. Aí o acadêmico será precisamente um clínico, conhecedor do homem, dentro do seu complexo ecológico. Tudo ao contrário do Brasil, onde não se procura corrigir o mal, e o recém-formado continua relutando.

O Prof. Humberto Nóbrega, catedrático da Cadeira de Higiene e Bio-Estatística da Faculdade de Medicina da Universidade da Paraíba, ao excursionar pela Venezuela, Colômbia, Chile, Equador e Peru, onde visitou 10 Faculdades de Medicina e uma Escola de Saúde Pública, observou, que nesses centros ibero-americanos, a moderna metodologia empregada na cátedra de Medicina Preventiva e Social é um fato.

— Visitei as Faculdades de Valência e Maracaibo, na Venezuela, a do Vale, em Cali, Colômbia, as de Concepción e Valparaíso, no Chile, e, em tôdas elas senti existir a preocupação dominante de formar médicos para atender às necessidades do país. Enquanto isto, nas que funcionam nas capitais daqueles países, nota-se o maior interesse em produzir cientistas, tarefa que nos parece caber a curso de pós-graduação.

Disse ainda o Prof. Humberto Nóbrega que ficou realmente impressionado com o esforço que se faz naqueles países, onde se visa à formação de médicos para o meio rural, de clínicos que conheçam o homem dentro do complexo ecológico em que se situam.

— Na Colômbia, o Curso é de oito anos; no Chile, sete. O currículo escolar, em quase todos os estabelecimentos que visitei, se desdobra em várias etapas. Há, de início, um ciclo básico científico, no qual são ministrados princípios gerais. Segue-se um outro, cujos estudos, noções de ciências biológicas e sociais, visam ao "homem normal". Depois disto, o jovem acadêmico passa a adquirir, na patologia, os conhecimentos dos "fatores de morbidade". E assim, já esclarecido a respeito do homem, sob o ponto de vista psicossomático, irá ingressar no chamado "ciclo clínico". Neste, então, tomará contato com o "homem doente" e, por fim, passará a se adestrar na "Medicina em sociedade", num programa comunal, com internato em clínicas fundamentais e em Centros de Saúde Rural, alguns situados longe da Faculdade cerca de 50 ou mais quilômetros.

Nesses países, além do clássico Hospital de Clínicas, as Escolas mantêm, em convênio com o Ministério da Saúde, em vários pontos, unidades mistas, onde se faz Medicina assistencial pela manhã e Medicina preventiva à tarde. Nessas unidades há internamentos de doentes, dispondo, cada um dos Centros de Saúde, de 10 a 50 leitos. Os estudantes aí passam, internos, e em regime de tempo integral, várias semanas, fazendo, sob supervisão, rodízio em todos

os serviços, inclusive na seção administrativa. Na Colômbia, a Saúde Pública não é gratuita. A pessoa, de qualquer condição social, paga a assistência que recebe. E mais: os consultórios e demais serviços, durante o tempo de ocupação ociosa, são alugados a clínicos, odontólogos, analistas, etc, mediante contrato, no qual são levados em conta os honorários cobrados da clientela.

Com relação à produção, ou melhor, ao resultado dos serviços, disse o Prof. Humberto Nóbrega, que é bom e eficiente. E citou, como exemplo, a Universidade de Zulia, em Maracaibo, que mantém, no distrito de San Rafael de Mara, distante 48 quilômetros, um Centro de Saúde.

— Ai são também atendidos os índios Guajira, tribo que conserva, na indumentária, nos usos e costumes, o primitivismo dos seus ancestrais. Orientado por professores, o Departamento de Medicina Preventiva e Social está realizando notável trabalho. Visitei uma taba e uma residência nova. Esta, é bom notar, construída pelos estudantes de Medicina, com o auxílio da comunidade. Os aborígenes, porém, não se utilizam da sala de refeições nem da cozinha, as refeições são preparadas em panela de barro sobre “trem” e ingeridas ao ar livre. A educação sanitária, certa, com o decorrer do tempo, removerá esses óbices. De 20 indígenas alojados na nova residência, 12 se curaram de tuberculose.

Adiantou o Prof. Humberto Nóbrega, que, na Venezuela, por exemplo, não há problema de verbas, pois “o petróleo cobre tudo”.

— O Governo, no dia 20 de cada dezembro, deposita no Banco Oficial as dotações destinadas à Faculdade, e, a 25 de cada mês, o diretor saca o duodécimo. Em Cali, Colômbia, a Escola é praticamente mantida pela Fundação Rockefeller. No Chile, os estabelecimentos oficiais, enfrentam, como os nossos, dificuldades, se bem que recebam auxílio financeiro. Os particulares, porém, graças à exploração da loteria, vivem em condições mais folgadas — finalizou.

Atos

Oficiais

Dec. n.º 63.202, de 2-9-68 — Autoriza Licenciatura de Ciências (1.º ciclo) na FFCL “Santa Úrsula”, do Rio de Janeiro, GB (D.O. 4-9-68).

Dec. n.º 63.231, 10-9-68 — Modifica a denominação de Escola de Enfermagem Nossa Senhora Medianeira, de Santa Maria, RS, para Faculdade de Enfermagem Nossa Senhora Medianeira (D.O. 13-9-68).

Dec. n.º 63.235, de 12-9-68 — Institui Grupo de Trabalho para estudar a reforma e atualização das instituições culturais (D.O. 16-9-68).

Fundação UF de São Paulo

Foram designados membros efetivos do Conselho de Curadores da UF de São Paulo, Édson Rodrigues e Paulo Ernesto Tolle (mandatos de seis anos); José Savério Lia e Marco Antônio Cecchini (mandatos de quatro anos) Roberto Bastos da Costa e Warrick Estevam Kerr (mandatos de dois anos); e suplentes, por seis quatro e dois anos, respectivamente, Sérgio Mascarenhas, Ernst Wolfgang Hamburger e José Reis (D.O. 16-9-68).

Diretor

O Prof. Nylceo Marques de Castro foi nomeado Diretor da Escola Paulista de Medicina (D.O. 23-9-68).

